



PARECER JURÍDICO

AUTUADO: POSTO BODAO LTDA.	CONTROLE PROCESSUAL
PROCESSO Nº 05442/2006/001/2006	
AUTO DE INFRAÇÃO Nº 3266/2006	
NATUREZA DA INFRAÇÃO: GRAVÍSSIMA	
PORTE: PEQUENO	

I – RELATÓRIO

O POSTO BODAO LTDA. foi autuado em 24.03.2006 pela prática da infração gravíssima tipificada no art. 19, § 3º, item 6, do Decreto 39.424/98, alterado pelo Decreto 43.127/02:

Art. 19(...)

§3º São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

6. causar poluição ou degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats ou ao patrimônio natural ou cultural;

O autuado apresentou Defesa tempestiva.

Em razão da autuação, foi aplicada, em 12.03.2007, pela URC do Jequitinhonha, multa no valor de R\$ 10.641,00.

Foi apresentado Pedido de Reconsideração. A Presidência da FEAM, em 11.06.2007, indeferiu o Pedido de Reconsideração, mantendo a multa aplicada.

O autuado apresentou Recurso tempestivo.

Em 21.05.2008 a Câmara Normativa e Recursal do COPAM indeferiu o Recurso do autuado.

II – ANÁLISE JURÍDICA

O auto de infração foi lavrado por “Causar poluição e degradação ambiental de qualquer natureza que resulte ou possa resultar em dano à saúde humana, aos recursos hídricos, às espécies vegetais e animais, aos ecossistemas e habitats.” (fl. 04).



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

Conforme se verifica no Memorando Interno DCAUC Nº 35/2010, contrariamente ao exarado na decisão de fl. 221, não houve parecer jurídico para embasar a decisão de indeferimento do Recurso apresentado pelo autuado, prolatada pela CNR COPAM. Nesse sentido, conforme relatado pela SUPRAM, não houve parecer técnico ou jurídico concernente ao Recurso apresentado, sendo que a assessoria jurídica da SUPRAM e o técnico responsável pelo Parecer Técnico compareceram à reunião da CNR para manifestação oral (fl. 186).

Portanto, recomenda-se a anulação da decisão da CNR COPAM de fl. 221, em razão da falta de motivação.

Diante da constatação da falta de motivação da decisão da CNR COPAM, necessário se faz que a Administração Pública, no exercício do Poder de Autotutela, cancele a decisão de fl. 221, segundo o disposto no art. 64, da Lei 14.184/2002 e na Súmula 463, do STF, abaixo transcritos, que enunciam o poder-dever da Administração Pública de rever seus atos:

“Art. 64 – A Administração deve anular seus próprios atos quando eivados de vício de ilegalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.”

“Súmula 473 – A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

No Recurso o autuado alega, em síntese, que:

- O autuado não contribuiu para a ocorrência do acidente, não havendo que se falar em existência de imperícia, imprudência ou negligência;
- Após tomar ciência do acidente, o autuado tomou todas as providências para minimizar o impacto ambiental, contratando a empresa HAZTEC para remediar a contaminação do solo e das nascentes;
- O acidente ocorreu por motivos alheios à vontade e atuação do empreendimento;
- O autuado sofreu severas perdas econômicas com o acidente;

Sob o aspecto jurídico, as alegações apresentadas pelo autuado não descaracterizam a infração cometida.

No que tange à culpa do autuado no acidente que ocasionou dano ambiental, tem-se que, conforme exarado anteriormente, a responsabilidade ambiental é objetiva, não havendo que se cogitar o dolo ou culpa do agente na realização do dano ambiental.

Nesta concepção adotada, a do Risco Integral, entende-se que o empreendedor responde por todos os riscos de dano havidos em razão das atividades do seu



ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

empreendimento, independentemente de culpa, entendendo-se como tais os decorrentes de quaisquer fatos que, sem a sua existência, não teriam ocorrido, estabelecendo-se, portanto, o nexo de causalidade no sentido de que quando as atividades de seu empreendimento, ou o fato da localização de suas instalações físicas, de qualquer forma, concorrem para o evento causador do dano, responderá civilmente por este. Diante disto, não há que se falar em aplicação de excludente de caso fortuito ou força maior.

Sendo assim, percebe-se que a responsabilidade ambiental tem natureza objetiva, sendo desnecessária a perquirição de dolo ou de culpa quanto a causar dano ao meio ambiente, assim como quanto à própria prática da infração ambiental, bastando, para incidir a responsabilização do agente, a ocorrência de infração a ele imputável.

Desta sorte, em virtude da responsabilidade ambiental objetiva, são irrelevantes para a apreciação da defesa quaisquer alegações que pretendam negar a ocorrência do fato ou a responsabilidade do agente.

As providências adotadas pelo autuado para a regularização ambiental da área afetada pelo acidente são dever legal do poluidor/degradador, não havendo que se falar em *descaracterização da infração ambiental em razão de sua necessária mitigação pelo agente causador*.

As eventuais perdas econômicas sofridas pelo autuado não são capazes de descaracterizar a infração a ele imputada, por falta de base legal. Não houve bis in idem, pois os prejuízos sofridos pelo acidente são decorrentes do risco do negócio, enquanto a autuação ambiental é decorrente de força de lei, qual seja, a Lei 7.772/80.

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 10.001,00.

III - CONCLUSÃO

Recomenda-se à Câmara Normativa e Recursal do COPAM:

- O cancelamento da decisão de fl. 221, por falta de motivação, em decorrência do poder de autotela, conforme art. 64, da Lei 14.184/2002 e na Súmula 463, do STF; e

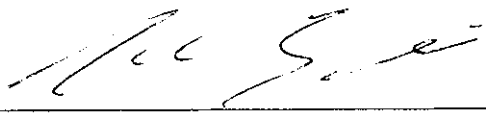


ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado
Procuradoria da FEAM

- O indeferimento do Recurso, mantendo a multa aplicada, porém alterando seu valor de R\$ 10.641,00 para **R\$ 10.001,00**, nos termos do art. 83 e art. 96 do Decreto 44.844/2008.

Belo Horizonte, 14 de julho de 2011.

Autor: André de Albuquerque Sgarbi Consultor Jurídico OAB/MG 98.611	Assinatura: 
Aprovado por: Gustavo Chaves Carreira Machado Procurador-Chefe da FEAM OAB/MG 90.644 - MASP 1.120.512-7	Assinatura: